

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Da Sra. ELISANGELA ARAUJO)

Requer a realização de audiência pública sobre ações para incentivar o empreendedorismo feminino.

Senhora Presidenta:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública sobre ações para incentivar o empreendedorismo feminino.

Para realizar um debate qualificado em torno deste importante tema, indicamos as seguintes autoridades:

- Geraldo Alckmin, Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- Aparecida Gonçalves, Ministra das Mulheres
- Márcio França, Ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
- Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
- Décio Lima, Diretor-Presidente do Sebrae Nacional
- Jorge Viana, Presidente da Apex Brasil
- Aloizio Mercadante, Presidente do BNDES
- Paulo Câmara, Presidente do Banco do Nordeste
- Cristina Queiroz Bezerra Presidente da **ABOMCRED** Associação Baiana das Organizações de Microfinanças e Microcréditos.
- Davidson Magalhães Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) do Governo da Bahia



JUSTIFICAÇÃO

As mulheres são batalhadoras em todas as dimensões das suas vidas, no âmbito profissional e empresarial e familiar. Ao mesmo tempo em que têm grande capacidade e buscam inserção cada vez mais qualificada no mercado de trabalho e nas atividades empresariais, muitas vezes as mulheres realizam atividades empreendedoras como recurso para sobreviver e sustentar sua família.

Com base na experiência adquirida à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres no Governo do Estado da Bahia, notamos que existem lacunas no incentivo ao empreendedorismo feminino. É necessário estimular micro e pequenas empresas controladas e dirigidas por mulheres e as microempreendedoras individuais, enquanto é preciso ter mais atividades de capacitação das mulheres, especialmente nas suas atividades cooperativas e na sua atuação em empreendimentos urbanos e rurais.

A atual preocupação com uma nova política industrial em nosso País deve avançar também para integrar o empreendedorismo feminino. Entendemos que há muito espaço para que mulheres empreendedoras cresçam profissionalmente não apenas nas suas atividades no campo e na cidade, mas também na transformação industrial, na geração de valor e exportações e na incorporação de tecnologia.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres para a realização desta importante audiência pública.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada ELISANGELA ARAUJO

